

PESQUISA PARTICIPANTE: UM RECORTE TEÓRICO ACERCA DA ABORDAGEM DE PESQUISA E SUAS INFLUÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

Fábio Mariani¹
Ademar de Lima Carvalho²

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir especificamente alguns pressupostos históricos, teóricos e epistemológicos referentes à pesquisa participante. Inserida no contexto das abordagens qualitativas de pesquisa nas ciências sociais, a pesquisa surge como uma resposta aos questionamentos dos cientistas sobre a função social da pesquisa científica, sobretudo, nos meios educativos. Com claro posicionamento político em favor dos grupos oprimidos da sociedade, essa modalidade de pesquisa traz como premissa norteadora a inserção social da investigação científica, visando o engajamento no processo de transformação das estruturas sociais opressoras.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa participante, transformação social.

ABSTRACT: This paper aims to discuss some presupposed specifically historical, theoretical and epistemological referring to the participant research. Inserted in the context of the qualitative research approaches in social sciences, the research comes as an answer to the questions of scientists about the social function of scientific research, particularly in education circles. With clear political position in favor of oppressed groups in society, this type of research has as a guiding premise the social scientific research, to engagement in the process of transformation of oppressive social structures.

KEYWORDS: research participant, social transformation.

1. Introdução

A pesquisa científica, no âmbito acadêmico, tem sido amplamente discutida e questionada, principalmente, no que se refere a sua “utilidade”, tanto no sentido utilitarista e mercadológico, quanto na sua função social.

Para que e para quem serve a dinâmica científica? Quem pesquisa, e para quem se pesquisa? Toda pesquisa científica se dá no contexto de uma sociedade, mas estará ela, contribuindo para o desenvolvimento justo e igualitário desta sociedade? Ou estará servindo aos interesses de determinados grupos em detrimento de outros? São estes alguns dos

¹ Mestrando em educação – PPGE/UFMT. E-mail: fabio.filos@yahoo.com.br

² Professor Doutor – PPGE/UFMT. E-mail: ademarc@terra.com.br

questionamentos mais recorrentes e que acentuam, entre outros motivos, o propósito de se discutir a pesquisa participante, enquanto processo emancipatório da pesquisa educacional.

No contexto da pesquisa educacional, tem-se como referência histórica que do início da revolução científica no século XVI aos nossos dias, é inegável a contribuição da ciência no desenvolvimento da sociedade planetária. São igualmente inegáveis, os avanços e benefícios nos mais variados setores da sociedade, desde a medicina, a produção de alimentos, transportes e comunicação. Mas, a questão que se coloca que constitui motivo de sério questionamento, é a das condições de acesso ao conhecimento e bens produzidos historicamente pela humanidade, a partir das descobertas e inovações científicas. Quem realmente se beneficia dos frutos dessa revolução científica?

Ao mesmo tempo em que conseguimos nos comunicar simultaneamente com todas as regiões do planeta, grande parte da sociedade não tem acesso sequer à alimentação diária. Grupos humanos são marginalizados, subjugados, tendo negada a própria condição de humanidade.

É dentro deste contexto que na década de cinqüenta, mas principalmente nas décadas de sessenta e setenta, grupos de cientistas sociais começam a questionar a sua própria condição de cientistas, produtores de conhecimento. Diante da realidade de empobrecimento social, bem como da socialização e apropriação do conhecimento produzido ser reservado apenas a uma parcela ínfima da população, os estudiosos das “realidades sociais” colocaram em suspensão a própria produção. Logo, de que adiantaria compreender e elaborar grandes teorias a respeito da sociedade excludente e injusta em que viviam, se tal conhecimento ficaria circulando apenas entre os meios acadêmicos, ou na melhor das hipóteses, seu destino seria o “emprateiramento” nas bibliotecas universitárias? Sobre que princípios éticos poderiam se estruturar tal ciência e tais cientistas que tomam comunidades humanas subjugadas, como objeto de estudo, invadem suas estruturas internas na tentativa de compreendê-las e, uma vez concluídos os estudos, retiram-se sem contribuição efetiva para a mudança ou transformação da realidade?

Nesta perspectiva, e em resposta a essa situação, é que surgem as abordagens participantes de pesquisa, que por sua postura militante e de engajamento com o processo de transformação das estruturas injustas da sociedade, subvertem muitos dos princípios ortodoxos da pesquisa tradicional, e se convertem numa nova abordagem de pesquisa nas ciências sociais.

Portanto, nosso intuito neste trabalho é discutir questões pontuais deste tipo de abordagem de pesquisa, no que se refere aos aspectos

históricos e conceituais, epistemológicos e metodológicos, sem nenhuma intenção de grandes aprofundamentos, uma vez que acreditamos que a natureza deste tipo de trabalho não nos permitiria isso.

2. Pesquisa participante: ação, militância e transformação

Marx na última das onze “Teses sobre Feurbach” publicadas em 1845 escreve: “até hoje os filósofos só fizeram interpretar o mundo de diferentes maneiras, agora trata-se de transformá-lo”. Logicamente, Marx está situado em outro contexto e pensando sob outra perspectiva, mas queremos nos permitir tal apropriação de sua idéia, porque acreditamos que ilustra bem o contexto histórico e epistemológico dos cientistas sociais que inauguraram a abordagem participante da pesquisa, além de tentar contemplar alguns questionamentos, anteriormente levantados, sobre a aplicação da evolução científica e seus reais beneficiários.

Partindo da concepção que o envolvimento no processo de pesquisa constitui um pressuposto significativo do aprendizado educativo, visando à ampliação do conhecimento da realidade que impulsiona o sujeito à ação (CHIZZOTTI, 2006). Comprometidos como o processo de elucidação e transformação da realidade, é que os cientistas sociais deixaram os confortáveis assentos acadêmicos e as comodidades das análises puramente teóricas e partiram para a inserção social, assumindo posturas políticas e ideológicas dos grupos menos favorecidos da sociedade com o intuito claro de se tornarem colaboradores nos processos de transformação das estruturas opressoras e libertação da condição humana alienada.

Boaventura de Sousa Santos em seu célebre livro “Um discurso sobre as ciências”, em que discute os novos paradigmas das ciências na contemporaneidade, traz, para ilustrar o início de suas reflexões, alguns questionamentos do filósofo Rousseau, que acreditamos serem pertinentes, também, a nossa reflexão:

Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (SANTOS, 2008, p. 16).

É preciso lembrar que Rousseau se situa no século XVIII, num contexto histórico em que a ciência moderna dava os seus primeiros passos. Tais questionamentos soam quase com um ar profético se levarmos em consideração o momento histórico em que escreve, mas que hoje são de absoluta atualidade e concreticidade para as nossas reflexões. Segundo Santos (2008), Rousseau teria respondido aos seus próprios questionamentos com “um redondo não”, antevendo, podemos assim concluir, o percurso, por vezes, pouco virtuoso em que enredaria toda uma proposta de ciência na modernidade.

2.1 Aspectos históricos e conceituais

A pesquisa participante tem sua origem no contexto histórico de meados do século XX. Momento de reestruturação social, principalmente na América Latina onde as estruturas agrárias passavam por significativa transformação. Todavia não se restringe ao contexto Latino Americano, surge simultaneamente em vários países nos vários continentes, mas com perspectivas diferenciadas, isso de acordo com as realidades conjunturais de cada uma das regiões onde se desenvolveu. É importante lembrar que o mundo da década de cinquenta e sessenta ainda avaliava os horrores da Segunda Guerra Mundial, e os temas relacionados a existência humana estavam sendo amplamente discutidos; muitos países do chamado terceiro mundo³ lutavam contra a dominação imperialista dos países capitalistas desenvolvidos e movimentos revolucionários alimentados pelos ideais comunistas se propagavam pelo mundo, especialmente, pelos países subdesenvolvidos. Todo este contexto histórico social de grande efervescência, podemos assim dizer, foi decisivo para o aparecimento da pesquisa participante nas ciências sociais.

Na afirmação de Chizzotti (2006, p. 90), a pesquisa participante “tem como pressuposto, subjacente à sua história, a democratização da produção do conhecimento e da sociedade, e o desenvolvimento da justiça social”. Neste sentido, é que julgamos ser de fundamental importância construir uma reflexão acerca do **recorte teórico que trata sobre a abordagem de pesquisa e suas influências epistemológicas.**

Sobre esse novo estilo de pesquisa, Teresa Maria Frota Haguette (1995) propõe uma diferenciação entre as experiências européias e as experiências latino-americanas, optando pela designação “pesquisa-ação” para as práticas na Europa e “pesquisa participante” para as práticas na América Latina:

³ Expressão utilizada genericamente para designar, de forma excludente, os países subdesenvolvidos ou emergentes. Foi utilizada também durante o período da Guerra Fria para designar os países que não estavam alinhados diretamente aos EUA ou a URSS.

Assim é que na Europa, especialmente na França, a pesquisa-ação se direcionou para as instituições sociais, concebidas como portadoras de uma “violência simbólica”, e para os movimentos sociais de libertação (ecológicos, estudantis, de minorias) enquanto na América Latina, onde as desigualdades materiais são mais ostensivas e a participação da maioria da população no “poder do saber” representa um privilégio de poucos, esta alternativa de investigação dirigiu-se para os oprimidos ou dominados, aqueles que estão na base da estrutura social (camponeses, operários, índios) (HAGUETTE, 1995, p.110).

Também não existe um conceito unívoco sobre a pesquisa participante, ou seja, não existe uma definição única em que se encaixam todas as experiências participantes de pesquisa. Portanto, a pesquisa participante é mais um estilo alternativo de abordagem de pesquisa em que o fundamento é a co-participação responsável dos grupos sociais pesquisados em todo o processo de estudo. Compartilham de alguns referenciais epistemológicos e metodológicos, mas as experiências em cada contexto produziram, e por vezes continuam produzindo, características próprias de abordagem.

Prova disso é que existem várias denominações propostas para este tipo de pesquisa, conforme encontramos em Haguette (1995, p.111): “investigação alternativa, investigação participativa, auto-senso, pesquisa popular, pesquisa dos trabalhadores, pesquisa confronto, investigação militante, pesquisa-ativa, estudo-ação, pesquisa-ação, intervenção sociológica, enquête-participação”.

Como não há um consenso quanto a um conceito exato de pesquisa participante, trazemos aqui, para ilustrar uma possível discussão conceitual deste tipo de pesquisa, as definições que propuseram dois autores:

[...] é uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta as suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir (BORBA, 1999, p.43).

É um processo de pesquisa no qual a comunidade participa da análise de sua própria realidade, com vistas a promover transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos (DEMO, 2008, p. 98).

Vários aspectos característicos nesta modalidade de pesquisa podem ser percebidos nas duas definições propostas: a clara ruptura com os pressupostos de objetividade e neutralidade, característicos das abordagens tradicionais das ciências; a dimensão política implícita na tomada de postura do pesquisador em favor dos grupos marginalizados da sociedade; o envolvimento dos grupos pesquisados como sujeitos da pesquisa e não como objetos; a característica da ação transformadora que este tipo de abordagem exige; a possibilidade do diálogo com esferas não acadêmicas no processo de construção do conhecimento; a necessidade de inserção do pesquisador na realidade a que se propõe conhecer para transformar. Propomo-nos a discutir estes aspectos levantados, no item a seguir.

2.2 Aspectos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participante

As ciências – e aqui nos referimos às ciências sociais – em seus moldes tradicionais, tinham como preocupação e função analisar e compreender as realidades sociais, pautando-se nos princípios epistemológicos da neutralidade e objetividade. O pesquisador precisava distanciar-se – até de si mesmo – “livrar-se” de suas ideologias em nome da verdade científica. Não era permitido um envolvimento com o “objeto” de pesquisa, porque isso assinalaria resultados falaciosos e, portanto, sem valor científico. Vale lembrar que as ciências sociais se constituíram em sua origem, nos moldes do paradigma positivista das ciências naturais, e buscavam compreender os fenômenos sociais a partir desse modelo de ciência sem levar em consideração a complexidade que envolve o ser humano em suas relações histórico-cultural-sociais. A abordagem metodológica de referência para as pesquisas era a análise quantitativa dos dados, com o intuito de se estabelecer leis universais.

Rosiska Darcy de Oliveira e Miguel Darcy de Oliveira escrevem:

Durante muito tempo, as ciências sociais acalentaram o sonho e a ilusão de poder estudar a sociedade da mesma maneira que as ciências naturais estudaram a natureza. Conhecer os fenômenos, ser capaz de prevêê-los e de descrever seu funcionamento, quantificá-los para melhor explicá-los [...] dentro deste marco de re-

ferência, todas as ações humanas, as pautas de comportamento dos grupos sociais, os movimentos religiosos, os acontecimentos históricos, os hábitos sexuais, os sonhos e as esperanças, tudo isso deveria ser analisado e estudado de maneira objetiva (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1999, p. 22).

Entretanto, os fatos ou os fenômenos sociais, que são os objetos de investigação das ciências sociais, constroem-se na estrutura dinâmica e histórica da sociedade, que tem como princípio a imprevisibilidade e contextos bastante singulares, desafiadores e, ao mesmo tempo, instigadores para as pesquisas educacionais. Em se tratando de fenômenos sociais, não há como garantir a previsibilidade dos acontecimentos, como acontece nas ciências naturais. Assim, exclui-se qualquer possibilidade de recorte, controle objetivo e imparcial, ou enquadramento em experimentos laboratoriais, de tais fenômenos investigados.

O pesquisador, ele próprio, é sujeito desta estrutura social, e está condicionado às contradições internas, às ideologias conflitantes, ou ao jogo de interesses travados no interior da sociedade. Não sendo possível, portanto, imaginá-lo distanciado o suficiente do seu objeto de investigação, a ponto de poder fazer uma análise totalmente neutra e isenta de posicionamento ideológico e político.

O que se verifica, muito frequentemente, é que por trás de uma pretensa neutralidade científica e política, as pesquisas nas ciências sociais têm servido de instrumento de manipulação e manutenção de uma ordem social que beneficia os grupos detentores do poder.

Foi diante de tal realidade que muitos pesquisadores sociais se colocaram numa posição crítica e autocrítica quanto ao seu papel na sociedade e, como tentativa de superação da realidade vigente se propuseram a novas abordagens de pesquisa que tivessem como premissas a participação dos grupos pesquisados e a transformação da realidade que os envolvia:

A pesquisa participante surgiu, pois, da angústia de alguns pesquisadores que iniciaram um processo de questionamento sobre a finalidade do conhecimento que produziam, sobre os usos deste conhecimento e sobre os beneficiários deste conhecimento. Surgiu da necessidade sentida por eles de incorporar os pesquisados como sujeitos de um trabalho comum de geração de conhecimento, onde pesquisadores e pesquisados conhecem e agem em busca da transfor-

mação de estruturas sociais desiguais (HAGUETTE, 1995, p. 161).

A partir desta perspectiva fica evidente que a pesquisa participante pressupõe um engajamento e posicionamento político por parte do pesquisador. Engajamento este, que necessariamente, configura-se em favor dos grupos marginalizados. Isto porque quando se fala em posicionamento político este pode ser muito bem em favor dos grupos dominantes. E toda a trajetória da pesquisa participante pelo mundo, mas de forma muito particular na América Latina, centra-se na ótica dos oprimidos.

Paulo Freire, considerado o precursor das abordagens participativas de pesquisa no campo da educação, insiste nesta idéia:

Considero importante, nesta altura de nossa conversa, insistir mais uma vez sobre o caráter político da atividade científica. A quem sirvo com a minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós. E devemos ser coerentes com a nossa opção, exprimindo a nossa coerência na nossa prática (FREIRE, 1999, p. 36).

Ao posicionar-se política e ideologicamente em favor dos oprimidos, o pesquisador participante assume a postura de elevar esses grupos pesquisados, à condição de sujeitos da pesquisa, co-participantes de todo o processo de investigação, desde a definição da problemática a ser pesquisada, o processo de levantamento de dados, a sistematização das informações recolhidas e a construção de estratégias de ação/trans transformação.

Por questão de uma nova metodologia de investigação, e por uma questão até propriamente ética, os grupos pesquisados não são encarados como objetos de investigação do pesquisador. O objeto de pesquisa passa a ser a realidade conflitante e por vezes opressora, em que estão imersos. E a pesquisa, então, passa a ter a função de libertação:

Se a minha opção é libertadora [...] não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento [...]. Na perspectiva libertadora em que me situo [...] a pesquisa, como ato

de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta (FREIRE, 1999, p. 35).

Quando se tomam a realidade concreta como objeto de investigação, e a população nela envolvida como sujeitos participantes em parceria com o pesquisador acadêmico, os resultados desta pesquisa não podem se configurar apenas em uma análise e reflexão de dados e fatos já acontecidos. Devem, isto sim, instrumentalizar-se em uma ação transformadora da realidade, efetivando a prática pensada no movimento reflexivo, nas ações de análise de dados e gerando autonomia e ou emancipação dos membros participantes da pesquisa na condição de sujeitos da investigação.

Aqui podemos perceber uma das grandes características da pesquisa participante e, ainda, o ponto de diferenciação desta abordagem de pesquisa. A intervenção, no sentido de superação ou libertação dos grupos oprimidos se dá como condição de caracterização de uma pesquisa participante.

Neste sentido, mais uma vez, pode-se afirmar que a pesquisa participante oxigena as abordagens de pesquisas convencionais e tradicionalmente conhecidas, em que o intuito do pesquisador e de sua pesquisa consiste unicamente em uma análise, reflexão e, em alguns casos, denúncia de uma determinada realidade.

Esta característica da abordagem participante, também, constitui-se no principal alvo de crítica dos intelectuais acadêmicos adeptos de uma postura conservadora da pesquisa científica, por julgarem que no processo de inserção e intervenção do pesquisador e da participação do grupo popular, a pesquisa se esvazia do rigor metodológico e epistemológico exigidos pela comunidade científica como critério de confiabilidade dos resultados alcançados.

Tornou-se institucionalizada, ao longo da modernidade, a idéia de que a ciência detém o poder de certificar o que é a verdade, o que é e, o que não é, aceito e digno de respeitabilidade dentro do universo do conhecimento, pautada num processo dialético, na maioria das vezes, tornando-se assim, irrefutável em alguns casos. O conhecimento “popular”, conceituado como “senso comum” por não seguir os rigorosos padrões metodológicos da ciência não desfruta, portanto, de respeito dentro da comunidade científica. Os cientistas adeptos dos métodos participantes de pesquisa rompem com esta postura, e passam a utilizar-se do conhecimento popular como base para as suas pesquisas e produções. Não

se trata, no entanto, de acreditar que a pesquisa participante carece de rigor científico, ou que não se pauta nos princípios epistemológicos e metodológicos da pesquisa tradicional. O que se propõe é não se desconsiderar o conhecimento dos grupos populares pesquisados, mas tomá-lo como ponto de partida para a reflexão e análise da realidade que se pretende transformar. Pois como lembra Borba (1999, p. 41) “este conhecimento popular também possui sua própria realidade e sua estrutura de causalidade, isto é, pode-se demonstrar que tem mérito e validade científica per se”.

Portanto, vale ressaltar, que é de absoluta necessidade, que para se configurar em uma pesquisa participante, o pesquisador esteja aberto ao diálogo com outras possibilidades de conhecimentos além dos que estão circunscritos na esfera da academia, além de se permitir a possibilidade de encontrar ou pontuar dados que reconduzam a pesquisa, apresentando novas perspectivas e reformulando os novos paradigmas e rompendo com os atuais paradigmas que instituem o estatuto de cientificidade das pesquisas convencionais.

2.3 Possíveis etapas da pesquisa participante

Para iniciar as discussões sobre as possíveis etapas da pesquisa participante é preciso pontuar que não há um itinerário metodológico fixo para o desenvolvimento da pesquisa. As experiências que se utilizaram de tal abordagem de pesquisa ao longo da história – e nos dias atuais, não é diferente – construíram seus passos levando em consideração as necessidades e realidades dos contextos onde se desenvolveram. Entretanto, podemos perceber alguns caminhos comuns que podem nos servir de base para ampliarmos nossa compreensão de pesquisa participante: a escolha do grupo popular onde a pesquisa será desenvolvida, bem como a aproximação e inserção do pesquisador; a escolha da problemática de investigação; a definição das estratégias de coleta de dados; o trabalho de sistematização e análise do material coletado; e a apropriação dos resultados da pesquisa que se convertem em estratégias de ação/trans transformação.

A aproximação com intuito de inserção junto a um grupo social que se encontra em situação de opressão é a primeira e decisiva etapa a ser cumprida por um pesquisador que pretende desenvolver seu trabalho de investigação tomando como referencial metodológico a abordagem participante de pesquisa.

A postura do pesquisador nesse processo de aproximação do grupo deverá ser cuidadosa, uma vez que a proposta é a construção de um

conhecimento conjunto. O processo de conscientização da situação de opressão a ser superada é construído em um processo mútuo entre os sujeitos da pesquisa, que no caso da pesquisa participante se constituem do pesquisador erudito e o grupo que vivencia a situação de opressão.

Tal processo deve ser cuidadoso, justamente porque pode se configurar na tentativa, por parte do pesquisador acadêmico, de levar uma proposta já definida pelos seus estudos acadêmicos para ser apenas implantada na comunidade. Uma proposta que parte da ótica do pesquisador, e que na maioria das vezes não traduz as reais necessidades do grupo. Além de não se tratar de uma proposta participante de construção de conhecimento, pois reflete apenas as necessidades de um dos sujeitos envolvidos, o pesquisador erudito, também se converte em mais uma tentativa paternalista de solução de uma situação de conflito. E propostas paternalistas, nós sabemos, são estratégias dos grupos dominantes para perpetuarem as condições de dominação.

Por outro lado também, o pesquisador não pode se anular enquanto pesquisador e se tornar apenas mais um dentro do grupo com a justificativa de assim demonstrar honesta e humildemente a sua opção pelo grupo em que está se inserindo. Ele tem uma função específica a ser desempenhada dentro deste processo e precisa ter essa consciência. Orlando Fals Borba assim se pronuncia a esse respeito:

[...] de fato, nas lutas populares há sempre um espaço para os intelectuais, técnicos e cientistas como tais, sem que seja preciso que se disfarcem como camponeses ou operários de origem. Tem apenas que demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular perseguida por meio da contribuição específica de sua própria disciplina, sem negar completamente essas disciplinas (BORBA, 1999, p.50).

A escolha da problemática de investigação deve refletir – como já aludimos anteriormente – as necessidades do grupo pesquisado e não as do pesquisador. Para tanto ela deve ser construída em conjunto e deve se valer de conversas, reuniões, estudos comunitários, avaliações conjunturais do grupo, entrevistas com a população e seus líderes.

Do mesmo modo são construídas em conjunto as estratégias de pesquisa e a escolha das pessoas que se responsabilizarão diretamente por cada etapa e por quais etapas da coleta de dados. Mesmo sendo uma pesquisa em que a comunidade está na condição de sujeitos de investigação, não significa que, necessariamente, toda a comunidade estará envol-

vida, na maioria das vezes, são escolhidos dentro da comunidade aqueles que representarão os demais nesta tarefa.

Nesta etapa, cabe ao pesquisador com sua experiência em pesquisa científica instruir os sujeitos da comunidade nos processos metodológicos de investigação científica, dando aparato e suporte para o recolhimento de dados confiáveis e fidedignos.

Seria uma contradição se uma vez colhidos os dados da pesquisa, estes fossem analisados e interpretados unicamente pelo pesquisador erudito, por acreditar que somente este poderia proceder a uma análise criteriosa. Contudo, na pesquisa participante, os dados são levados para serem interpretados junto a comunidade e podem se tornar assim, instrumento de conscientização, conhecimento construído e, verdadeiramente, assimilados.

Uma vez sistematizados, os resultados são devolvidos à comunidade que os toma como estratégias de ação/transformação efetiva da realidade.

Ainda uma questão merece atenção dentro da abordagem participante da pesquisa, é a linguagem utilizada durante todo o processo e, principalmente, na sistematização dos resultados, não pode ser a linguagem acadêmica, muitas vezes, rebuscada. O pesquisador precisa tomar o cuidado de conduzir o seu trabalho utilizando-se de um linguajar que seja acessível a todos, simples sem ser simplista.

3. Considerações finais

Agora que nos propomos a finalizar o trabalho – sem a pretensão de fechá-lo – queremos salientar que a pesquisa participante surge dentro de um contexto de questionamento do papel e das práticas científicas no que diz respeito às finalidades e os usos dos resultados das produções científicas.

A proposta dos pesquisadores que se utilizam da pesquisa participante é a do engajamento e militância em favor de grupos marginalizados da sociedade. Por este motivo assumem claramente uma postura política e ideológica, superando os princípios de neutralidade e objetividade das ciências tradicionais. Superando, justamente, porque propõem a interação dialética entre objetividade/subjetividade/neutralidade e não a sua oposição.

A atividade científica, nesta perspectiva, pressupõe a participação efetiva dos grupos oprimidos como sujeitos da pesquisa, tomando como objeto a realidade opressora a que o grupo está inserido com o intuito claro de uma ação/transformação. Acredita-se que somente com a

participação efetiva dos membros da comunidade no processo de análise e reflexão dos dados de sua realidade conflitante, é que pode ocorrer o processo de construção de um conhecimento que, assimilado porque produzido em conjunto, transforma-se em elemento de desalienação.

O papel do pesquisador não é o de se confundir ou se anular da condição de pesquisador para se engajar, mas ser um fomentador e aquele que possibilita estrutura e método para o êxito do trabalho. Além disso, não pode se eximir da militância junto a comunidade no processo de luta pela transformação da realidade investigada.

Percebemos também, que pelo fato de exigir todo um processo de aproximação, compreensão e engajamento do pesquisador erudito e de uma construção conjunta dos caminhos metodológicos e epistemológicos, a pesquisa participante, em seu processo, exige um tempo maior de dedicação.

Referências

- BORBA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 42 -62.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes. 2006.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.
- FREIRE, Paulo. Criando método de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 34 - 41.
- HAGUETE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: GIANNOTTI, J.A. (Org.). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 49-53. (Os Pensadores).
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.17-33.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Recebido em: 09/02/2009

Aprovado em: 23/06/2009